



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 525 /2014
93ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 22.08.2014
PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/4796/2010
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/2010.20935
AUTUANTE: FERNANDO JOSÉ FERREIRA PIMENTEL – MAT.: 105.851-1-2
RECORRENTE: TNT – MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS S/A
RECORRIDO: CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA

EMENTA: ICMS: CRÉDITO INDEVIDO. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Crédito de ICMS originário de operações de redespacho. Contribuinte optante de Regime Especial de Tributação com a concessão de crédito presumido. Impossibilidade de apropriação. Violação ao § 1º do artigo 64 do Decreto nº 24.569/97. Penalidade inserta no art. 123, inciso II,"a" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03. Recurso Voluntário conhecido mas não provido. Confirmada, por unanimidade de votos, a decisão condenatória proferida em 1ª Instância.

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que a empresa, acima nominada, lançou e aproveitou créditos de ICMS considerado indevido pelo Fisco, nos meses de janeiro a dezembro de 2009, no montante de R\$ 37.283,86 (trinta e sete mil duzentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos) tendo em vista que o mesmo havia optado pela utilização de crédito presumido.

Dispositivos legais infringidos: Art. 64, V, § 1º do Decreto nº 24.569/97. Penalidade: Art. 123, II, "a" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/2003.

Instruem os autos: Informações Complementares (fls. 03 a 05); Ordem de Serviço nº 2010.30192 (fls. 06); Termo de Intimação nº 2010.23591 (fls. 07); Aviso de recebimento – AR (fls. 08).

O lançamento está embasado na documentação apensada às fls. 09 a 33 dos autos.

O contribuinte apresentou, tempestivamente, impugnação ao lançamento, conforme fls. 43 a 50 dos autos.

O processo foi julgado PROCEDENTE em 1ª Instância, conforme decisão de fls. 68 a 73 dos autos.

O contribuinte inconformado com a decisão singular interpôs recurso voluntário, conforme fls. 77 a 86 dos autos.

A Consultoria Tributária por meio do Parecer nº 55/2014 (fls. 98 a 1025) manifestou-se no sentido de conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento para que se mantenha a procedência do auto de infração proferida em 1ª instância. A douta Procuradoria Geral do Estado adotou referido parecer, conforme fls. 103 dos autos.

É o relatório.

VOTO

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que a empresa, acima nominada, lançou e aproveitou créditos de ICMS considerado indevido pelo Fisco, nos meses de janeiro a dezembro de 2009, no montante de R\$ 37.283,86 (trinta e sete mil duzentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos) tendo em vista que o mesmo havia optado pela utilização de crédito presumido.

Em sua defesa, alega que a prestação de serviço por redespacho implica que a empresa original contratante do serviço de transporte não realiza parte do trajeto contratado, a qual será realizada por outra empresa. Dessa forma, a empresa original se debita do imposto incidente em todo o trajeto. Assim, para evitar uma bitributação, a empresa que completará o restante do trajeto lança o crédito parte do imposto. Afirma, ainda, que nessas condições não há vedação para o creditamento do imposto.

Analisando as peças processuais, verifica-se que o contribuinte autuado é optante de crédito presumido de que trata o art. 64, V do Decreto nº 24.569/97, no montante de 20% do valor do ICMS devido na prestação de serviços de transportes.

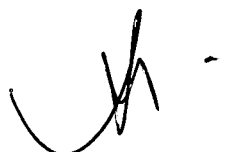
Art. 64. Fica concedido crédito fiscal presumido:

(...)

V - de 20% (vinte por cento) do valor do ICMS devido na prestação pelos estabelecimentos de serviço de transporte, exceto o aéreo;

Ocorre que a utilização da sistema de crédito presumido implica vedação de apropriação de outros créditos fiscais, independentemente da origem, consoante o § 1º do art. 64, *in verbis*:

Art. 64. omissis



§ 1º O tratamento tributário de que tratam os incisos I a VI será utilizado opcionalmente pelo contribuinte em substituição ao sistema normal de tributação, sendo vedada, no caso de sua adoção, a utilização de qualquer outro crédito fiscal, observando-se, ainda, a regra do § 3º, do Art. 568."

Dessa forma, as razões trazidas pelo autuado, não merecem prosperar. A imputação dirigida ao autuado guarda conformidade com a legislação, uma vez que a empresa em tela apropriou-se indevidamente de créditos do ICMS, referente aos serviços de redespacho, contrariando mo que disciplina o art. 64, V do Decreto nº 24.569/97.

Ao analisarmos o Livro Registro de Apuração do ICMS, verifica-se que o autuado lançou no campo 006 - *Outros Créditos - Crédito Presumido cfe art. 64 inciso V do RICMS*, demonstrando, de forma inequívoca que o contribuinte tinha conhecimento da vedação à apropriação de quaisquer outros fiscais.

Assim, o contribuinte não poderia adotar a sistemática do crédito presumido e ao mesmo tempo lançar em sua conta gráfica outros créditos fiscais, como se normal fosse o seu regime de recolhimento.

Isto posto, **VOTO** pelo conhecimento do recurso voluntário, negar-lhe provimento, no sentido de confirmar a procedência da decisão proferida em 1ª Instância, nos termos deste voto e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, parte integrante desta decisão, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ICMS:	R\$	37.283,86
MULTA:	R\$	37.283,86
<u>TOTAL:</u>	R\$	74.567,72



DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **TNT – MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS S/A** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

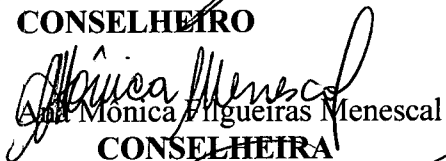
A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve, após conhecer do recurso ordinário interposto, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 14 de 10 de 2014.

Francisca Marta de Sousa
PRESIDENTE


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO


Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO


Ana Mônica Figueiras Menezal
CONSELHEIRA


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO


Sandra Arraes Rocha
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA


José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO


Pedro Eleutério de Albuquerque
CONSELHEIRO

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO